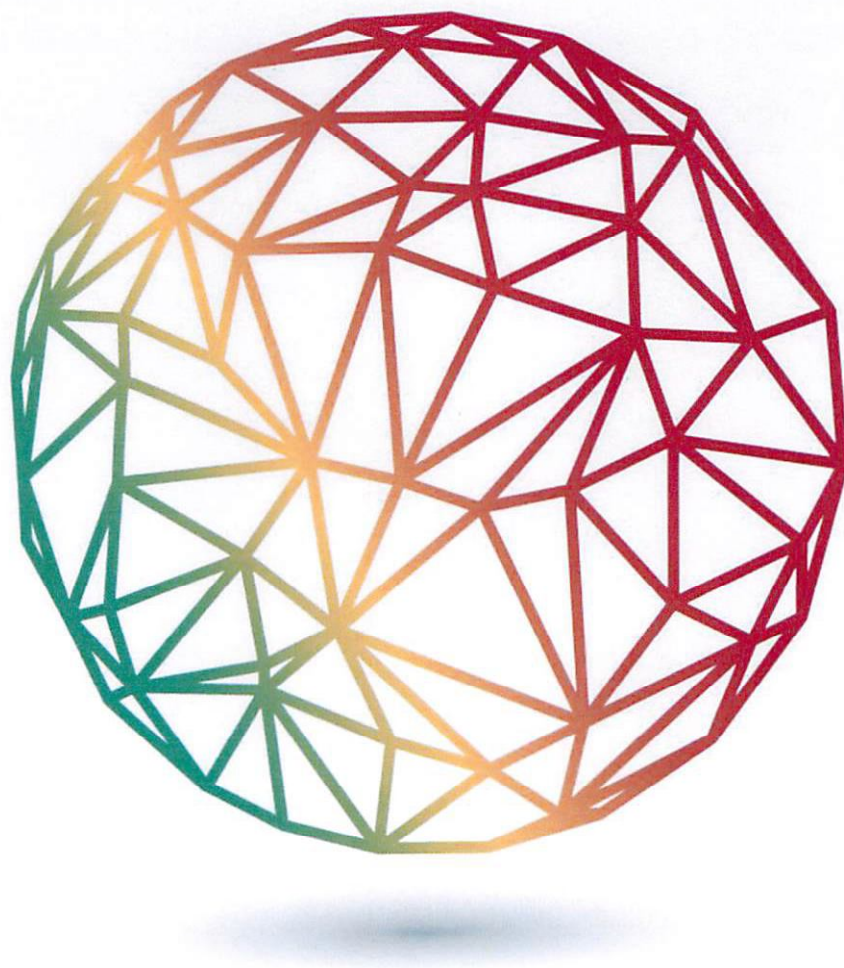




Relatório de Monitorização
do
Plano de Atividades e Orçamento

4.º Trimestre de 2015



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



I. Índice	1
II. Introdução.....	2
III. Execução do Plano de Atividades.....	4
1. Enquadramento	4
2. Metodologia de Monitorização	5
3. Execução Global.....	6
4. Notas à Execução do PA	7
IV. Execução do Orçamento.....	9
1. Análise Orçamental Global	9
2. Execução da receita com referência a 31 de dezembro de 2015.....	9
3. Execução da despesa com referência a 31 de dezembro de 2015.....	11
V. Demonstrações Financeiras.....	15
1. Balanço	15
2. Demonstração de Resultados.....	16
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
4. Notas às Demonstrações Financeiras.....	18
VI. Indicadores.....	22
VII. Conclusões	25

II. Introdução

O desenvolvimento, implementação e divulgação de um Plano de Atividades são requisitos legais previstos nos artigos 43º e 44º (SUBSECÇÃO II, Obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial) do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro¹ do Ministério das Finanças. Está também previsto no artigo 25º (SECÇÃO III, Orientações e controlo) do *supracitado* decreto-lei a elaboração de Relatórios Trimestrais, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

O presente relatório além da execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais previstos no Plano de Atividades (PA) de 2015 dos Serviços Partilhados do Ministério da saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)², integra também o relatório trimestral de execução orçamental que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro³, do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março⁴, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

Este relatório tem por objetivos:

- Apresentar o grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades, no que se refere aos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais realizados pela SPMS;
- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

No dia 25 de setembro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei n.º 209/2015 que estabeleceu o regime da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas «Somos Compras», «SomosContas» e «Somos Pessoas» para a SPMS.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e n.º 209/2015, de 25 de setembro.

³ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

⁴ Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.

As posições jurídicas compreendem a universalidade de bens e direitos detidos por cada uma daquelas entidades e afeta o exercício das atividades em causa, abrangendo todo o ativo e passivo, património físico e jurídico e posições em contratos em vigor que integram aquelas universalidades.

Estabeleceu ainda aquele normativo que os Agrupamentos seriam dissolvidos no prazo de 60 dias após a entrada em vigor do mesmo.

No decorrer do 4.º trimestre, a SPMS, procedeu, assim, quer ao reconhecimento contabilístico da transmissão das posições jurídicas, quer à liquidação e extinção dos Agrupamentos Complementares de Empresas acima referidos (adiante ACE's SOMOS).

III. Execução do Plano de Atividades

1. Enquadramento

A análise da execução do 4º trimestre do PA 2015 baseou-se nos Objetivos Estratégico (OE) e Objetivos Operacionais (OOP) previstos no Plano Estratégico 2014-2016 e no respectivo PA de 2015, tendo por base uma autoavaliação realizada pelos Diretores sobre grau de execução dos Objetivos Operacionais, Indicadores e Atividades à data de dezembro de 2015.

Decorrentes do Plano Estratégico 2014-2016 foram considerados no PA de 2015 os seguintes Objetivos Estratégicos:

- OE1: Reforçar a governação nas TIC e nas compras;
- OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do SNS /MS;
- OE3: Otimizar os recursos do Serviço Nacional de Saúde (SNS)/Ministério da Saúde (MS) e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS;
- OE4: Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços;
- OE5: Promover inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e no SNS;
- OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores.

Estes OE refletem a organização da SPMS em duas áreas:

- Área de negócio que assume a gestão e operação do ciclo de vida dos serviços prestados, bem como a gestão de clientes, de serviços e a inovação.
- Área de suporte que assegura as atividades transversais de apoio administrativo, gestão financeira, patrimonial, de recursos humanos, recursos logísticos e aprovisionamento, apoio jurídico e contencioso.

O Plano de Atividades de 2015 assentou numa lógica de planeamento em cascata, na qual para cada OE foram definidos objetivos operacionais (OOP), indicadores e atividades que garantam o seu cumprimento. Assim, o PA 2015 é constituído por 6 Objetivos Estratégicos, que enquadram 53 Objetivos Operacionais, decompostos em 109 indicadores e 167 atividades⁵.

⁵ Não foram contempladas nesta monitorização os indicadores e atividades do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) uma vez que apenas foi formalizado no final do ano, tendo as suas atividades sido revistas e transitadas para 2016.



2. Metodologia de Monitorização

Para a monitorização da execução do PA 2015 solicitou-se aos Diretores da SPMS que autoavaliassem o cumprimento dos indicadores, bem como o estado das atividades previstas, para cada OOP e OE.

Cada indicador foi avaliado face ao cumprimento da meta planeada, tendo sido atribuídos diferentes ponderações de acordo com o estado de realização do mesmo. Assim, foram atribuídos as seguintes estados e correspondentes ponderações:

- 1 - Superado (ponderação 1,2);
- 2 – Cumpre (ponderação 1);
- 3 – Não cumpre (ponderação 0).

Cada atividade foi avaliada face à execução da mesma, tendo sido atribuídos diferentes estados. Assim, foram atribuídos as seguintes estados:

- 1 - Concluída;
- 2 – Em curso;
- 3 – Não iniciada;

De acordo com esta autoavaliação apresenta-se a execução do PA segundo duas perspetivas:

- Uma monitorização global por Objetivo Estratégico, onde se incluem a totalidade dos indicadores por OE. Neste caso, a cada OE foi avaliado de acordo com o grau de execução dos seus indicadores:
 - Consideram-se superados os OE que traduzam um cumprimento de mais de 80% indicadores definidos.
 - Consideram-se cumpridos os OE que traduzam um cumprimento entre 60% e 80% dos indicadores definidos.
 - Consideram-se não cumpridos os OE que não traduzam um cumprimento de pelo menos 60% indicadores definidos.

O cumprimento do OE é avaliado com a média ponderada do estado dos indicadores que a compõem.

- Uma monitorização por Objetivo Operacional, onde se incluem a totalidade dos indicadores por OOP. Neste caso, para cada OOP foi apresentado o número de indicadores por grau de execução (Superado, Cumpre, Não cumpre) que se apresenta no Anexo I - Execução do Plano de Atividades Objetivos Operacionais.

3. Execução Global

O quadro seguinte permite uma análise global evidenciando para cada OE o estado dos indicadores que o compõe.

Objetivos Estratégicos	Indicadores por OE			Estado	
	1	2	3	Total	% Realização
OE1: Reforçar a Governação nas TIC e nas Compras	2	8	6	16	65%
OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e SNS/MS	9	18	10	37	78%
OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	4	5	3	12	82%
OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços da SPMS	7	5	10	22	61%
OE5: Promover a Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS	5	3		8	113%
OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores da SPMS	6	3	5	14	73%
Total	33	42	34	109	75%

Legenda do Estado de Execução: 1 - Supera; 2 - Cumpre; 3 - Não cumpre.

Segundo a metodologia utilizada pode inferir-se um cumprimento do plano de 75% (considerando 109 indicadores avaliados).

Dos indicadores monitorizados (n=109) verifica-se que: i) 30% (n=33) foram superados; ii) 39% (n=42) foram cumpridos; iii) 31% (n=34) não foram atingidos.

Verifica-se uma percentagem de realização superior a 60% em todos objetivos estratégicos e valores de execução superiores a 80% em dois objetivos estratégicos deste plano de atividades.

O quadro abaixo descreve o grau de execução das atividades previstas para cada OE.

Objetivos Estratégicos	Atividades Planeadas			Estado	
	1	2	3	Total	
OE1: Reforçar a Governação nas TIC e nas Compras	12	8	3	23	
OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e SNS/MS	23	21	2	46	
OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	16	10		26	
OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços da SPMS	10	22	5	37	
OE5: Promover a Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS	10	6		16	
OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores da SPMS	7	7	5	19	
Total	78	74	15	167	

Legenda do Estado: 1: Concluídas; 2: Em curso; 3: Não Iniciadas.

A autoavaliação realizada pelos diretores permite inferir que foram monitorizadas 167 atividades constantes no plano. Das atividades monitorizadas verifica-se que: i) 47% (n=78) das atividades foram concluídas; 44% (n=74) foram encontradas em curso; e 9% (n=15) não foram iniciadas.

4. Notas à Execução do Plano de Atividades

Ao longo de 2015 a SPMS cumpriu a sua missão respeitando os valores e princípios que assumiu no Plano Estratégico. Confirma-se, em grande parte, uma execução positiva do PA de 75%, como resultado das ações implementadas que envolveram toda empresa, implicando a afetação de recursos humanos, materiais e financeiros.

Verificam-se diferenças no grau de execução dos diferentes objetivos estratégicos, contudo verifica-se uma percentagem de realização superior a 60% em todos OE e valores de execução superiores a 80% em dois desses objetivos.

Uma análise compreensiva da execução do PA permite inferir que a *décalage* entre o planeado e o executado está relacionada com a própria natureza da SPMS, enquanto empresa pública responsável pela prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

A atividade da SPMS é alvo de constrangimentos internos e externos relacionados com o próprio modelo de financiamento, com as cativações a que está sujeita, com as limitações no reforço da capacidade interna e nas aquisições de serviços, com necessidade de garantir a *compliance* dos sistemas de informação de todo o SNS face à publicação de legislação com impacto muito significativo nos mesmos.

Face a estes constrangimentos e à frequente necessidade de responder a novos desafios identificados internamente ou pela tutela, considera-se que a SPMS, conseguiu em 2015 assegurar uma adequada execução do seu plano de atividades e atingir os objetivos preconizados na sua estratégia. Sem entrar num nível de detalhe elevado, destacam-se as principais conquistas de cada objetivo estratégico:

- OE1: Reforçar a governação nas TIC e nas compras – foram atingidos resultados muito significativos que se refletem quer no reforço de competências da SPMS, quer na liderança de comissões e como na participação em grupos de trabalho onde a SPMS está presente com impacto muito significativo para o adequado funcionamento das compras e dos sistemas de informação, nomeadamente na presidência da Comissão de Acompanhamento das Compras da Saúde, a coordenação da Comissão de Acompanhamento da Receita sem Papel (CARSP).
- OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do SNS /MS – para ir ao encontro das necessidades dos utentes e clientes a SPMS apostou na desmaterialização de processos, na modernização dos sistemas de informação existentes nas unidades de saúde, nas entidades locais e centrais, e na melhor resposta nas compras da saúde através do alargamento das categorias de bens e serviços com processos ágeis de aquisição. São resultados desta estratégia, nomeadamente: o projeto nacional da receita sem papel; o alargamento dos serviços disponíveis *online*, quer para utentes quer para profissionais de saúde na Plataforma de Dados de Saúde (PDS); o grande enfoque



no desenvolvimento de Acordos Quadro (AQ) (existência de 50 AQ em vigor); o alargamento e melhoria dos processos de aquisição centralizada.

- OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS – as iniciativas realizadas com vista à melhor resposta às necessidades dos cliente foram sempre implementadas numa perspectiva de otimização de recursos contribuindo para a sustentabilidade financeira quer da SPMS, quer do SNS. São exemplos, nomeadamente: na área da racionalização de compras, e segundo o estudo da consultora privada *Deloitte*, a SPMS em 2014 proporcionou uma poupança global de 94,7 M€ nas compras do SNS; com o projeto nacional da Receita sem Papel, que irá permitir a eliminação gradual da impressão da receita, e a desmaterialização completa do circuito Prescrição-Dispensa-Conferência, estima-se uma elevada redução dos custos, que passa quer pela redução dos custos de impressão e de papel, mas, principalmente, pela redução dos custos de conferência de faturas; na modernização das infraestruturas de suporte aos sistemas de informação o que permitirá uma maior integração e um menor esforço de manutenção dos sistemas e equipamentos.
- OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços – apesar de ser o objetivo com menos expressão em termos de execução do OE (61%), verificaram-se progressos muito significativos uma vez que o crescimento da organização e das suas competências obriga a uma maior agilização de processos internos. São exemplos, nomeadamente: a descrição e normalização dos processos internos, a implementação de sistemas de informação de suporte à atividade da organização e o reforço/sistematização dos mecanismos e reporte e controlo.
- OE5: Promover Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS – destaca-se como o OE com maior expressão em termos de execução do plano de atividades (113%), dado que foram superados muitos dos indicadores. São exemplos, nomeadamente: o reforço da participação e liderança em projetos internacionais; a instituição de parcerias para a inovação; o reforço a relação com mundo académico e muitas iniciativas de carácter regular que promovem o espírito de inovação quer na SPMS quer no SNS.
- OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores – os resultados da execução deste indicador confirmam a forte aposta na formação e no incentivo à aquisição de competências, bem como na criação das melhores condições de trabalho que se reflete na satisfação dos colaboradores.

Considera-se que a execução global apresentada reflete um investimento tanto nas áreas de negócio como de suporte da SPMS, sendo relevante continuar promover a excelência operacional e qualidade dos serviços da SPMS, que visam fortalecer estrutura interna no sentido de fazer face às exigências permanentes de inovação e desenvolvimento tecnológico perante as necessidades dos clientes e considerando elevados padrões de excelência e qualidade dos serviços prestados.

IV. Execução do Orçamento

1. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos.

Resumo da execução orçamental (Unid Monetária: Euros)	dezembro 13	dezembro 14	dezembro 15
Total de Recebimentos	52 791 086,00 €	46 116 411,00 €	49 789 464,62 €
Saldo de gerência anterior	9 199 874,00 €	12 722 631,00 €	15 813 695,00 €
Total de Pagamentos	49 268 329,00 €	43 025 347,00 €	62 529 392,00 €
Saldo	12 722 631,00 €	15 813 695,00 €	3 073 767,62 €

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

Em dezembro de 2015, o total dos pagamentos inclui a entrega do saldo da gerência anterior ao Tesouro, no valor de 15.813.695,00€.

O saldo anual de 3M€ representa apenas 6% do total de recebimentos, o que evidencia o esforço da SPMS para manter o equilíbrio entre a receita e a despesa, ainda que o mesmo tenha sido condicionado pela faturação tardia do contrato-programa celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ficando cerca de 3,4M€ em dívida) e pelo não acolhimento de pedido de descativação instruído tempestivamente (que impossibilitou a realização de compromissos num montante de cerca de 3,0M€).

2. Execução da receita com referência a 31 de dezembro de 2015

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS											
DEZ15 - Conta de gerência		Un: euro									
Descrição		Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
Font. F	Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[2]+[3]-[4]-[7]	[10]=[7]/[1]
4.1.2	R06.09 RESTO DO MUNDO	31.646 €	- €	19.979 €	- €	19.979 €	- €	19.979 €	- €	- €	63,1%
4.8.0	R06.09 RESTO DO MUNDO	761.413 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R05.03 JUROS - ADMINISTRACOES P	60.000 €	- €	33.855 €	- €	33.855 €	- €	33.855 €	- €	- €	56,4%
5.1.0	R07.02 SERVICOS	59.767.350 €	5.023.628 €	80.047.343 €	30.738.035 €	44.880.430 €	4.855.201 €	49.735.631 €	- €	4.597.306 €	83,2%
5.1.0	R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	- €	100,0%
		76.434.104 €	5.023.628 €	95.914.872 €	30.738.035 €	60.747.959 €	4.855.201 €	65.603.160 €	- €	4.597.306 €	85,8%

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 85,8%.

Esta execução já reflete os últimos dados disponíveis, pelo que não coincide exatamente com o reporte do mês de dezembro de 2015, transmitido em 6 de janeiro à Direção-Geral do orçamento (DGO). Embora o prazo ainda esteja a decorrer e possam existir correções pontuais, não se perspetivam alterações significativas aos dados acima apresentados até à data de entrega da conta de gerência de 2015, pelo que se consideram que estes dados são finais.



No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de dezembro.

Receita (Unidade Monetária: Euros)	dezembro 13	dezembro 14	dezembro 15
Valor Orçamentado	63 358 235,00 €	71 618 778,00 €	76 434 104,00 €
Valor Executado	61 990 960,00 €	58 839 042,00 €	65 603 159,62 €
Taxa de Execução	97,84%	82,16%	85,83%

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita

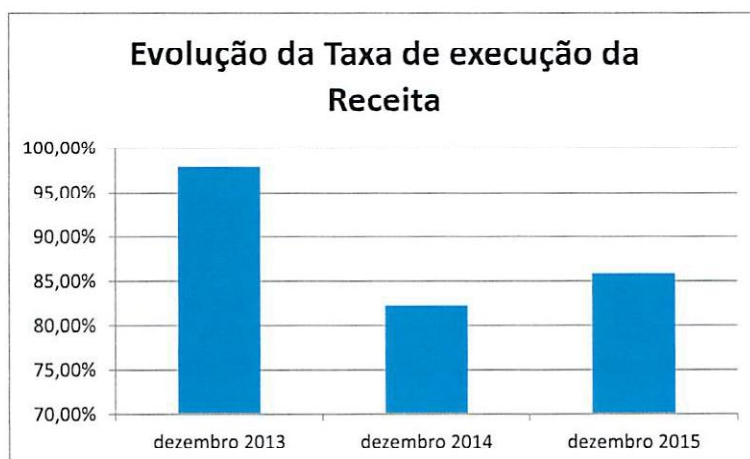


Figura 4 – Evolução da taxa de execução da receita

A estrutura da receita reflete o peso significativo do contrato-programa celebrado entre a SPMS e a ACSS, conforme se pode verificar pelo gráfico seguinte:



Figura 5 – Estrutura das receitas



A taxa de execução da receita está intimamente com a taxa de execução do Contrato-Programa, como se pode verificar no quadro seguinte.

Componentes do Contrato-Programa (Unidade Monetária: Euros)	Valor	Cobrança	% de execução
Manutenção - Contínuo	32 612 220,00 €	32 612 220,00 €	100%
Projetos em desenvolvimento	5 172 150,00 €	3 661 027,97 €	71%
PRITIC	8 610 000,00 €	4 298 573,25 €	50%
Total	46 394 370,00 €	40 571 821,22 €	87%

Figura 6 – Taxa de execução das componentes do Contrato-Programa

Como se pode verificar a taxa de execução do PRITIC – Plano de Reforço de Investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação, foi de apenas 50%, no entanto, existem 3,3M€ de faturação de serviços prestados e de investimentos, referentes, quer ao PRITIC, quer a Projetos em desenvolvimento, que só serão cobrados no início do exercício de 2016.

3. Execução da despesa com referência a 31 de dezembro de 2015

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS									
DEZ15 - Conta de gerência									
Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fi Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
4.1.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	31.646 €	- €	31.646 €	6.793 €	6.793 €	24.853 €	24.853 €	- €	21,5%
4.8.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	761.413 €	- €	761.413 €	- €	- €	761.413 €	761.413 €	- €	0,0%
5.1.0 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E P	6.439.159 €	- €	6.439.159 €	6.242.712 €	6.234.960 €	196.447 €	204.199 €	7.752 €	96,8%
5.1.0 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVER	175.902 €	- €	175.902 €	175.899 €	175.899 €	3 €	3 €	- €	100,0%
5.1.0 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.552.092 €	- €	1.552.092 €	1.450.867 €	1.279.766 €	101.225 €	272.326 €	171.101 €	82,5%
5.1.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	862.755 €	77.363 €	785.392 €	691.091 €	604.681 €	94.301 €	180.711 €	86.410 €	77,0%
5.1.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	37.211.496 €	6.098.416 €	31.113.080 €	30.308.590 €	27.604.719 €	804.491 €	3.508.361 €	2.703.871 €	88,7%
5.1.0 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0 D06.02 DIVERSAS	7.534.108 €	1.343.491 €	6.190.617 €	6.179.102 €	5.907.846 €	11.514 €	282.771 €	271.257 €	95,4%
5.1.0 D07.01 INVESTIMENTOS	5.682.279 €	- €	5.682.279 €	5.481.080 €	4.901.033 €	201.199 €	781.246 €	580.047 €	86,3%
5.2.0 D04.03 ESTADO (SALDO)	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	15.813.695 €	15.813.695 €	- €	- €	- €	100,0%
	76.065.545 €	7.519.270 €	68.546.275 €	66.349.829 €	62.529.392 €	2.196.446 €	6.016.883 €	3.820.437 €	91,2%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 91,2%, embora a mesma esteja influenciada pela entrega do saldo da gerência anterior, ocorrido em dezembro. Não obstante, é de evidenciar uma taxa de execução de 88,7% do subagrupamento económico “aquisição de serviços” (subagrupamento de maior expressão).



No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de dezembro.

Despesa (Unidade Monetária: Euros)	dezembro 13	dezembro 14	dezembro 15
Valor Orçamentado	54 078 081,00 €	55 805 564,00 €	76 065 545,00 €
Valor cativo	- €	5 233 082,00 €	7 519 270,00 €
Valor Executado	49 268 329,00 €	43 025 347,00 €	62 529 392,00 €
Taxa de Execução	91,11%	85,08%	91,22%

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa



Figura 9 – Evolução da taxa de execução da despesa

Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo, excluindo a entrega do saldo.

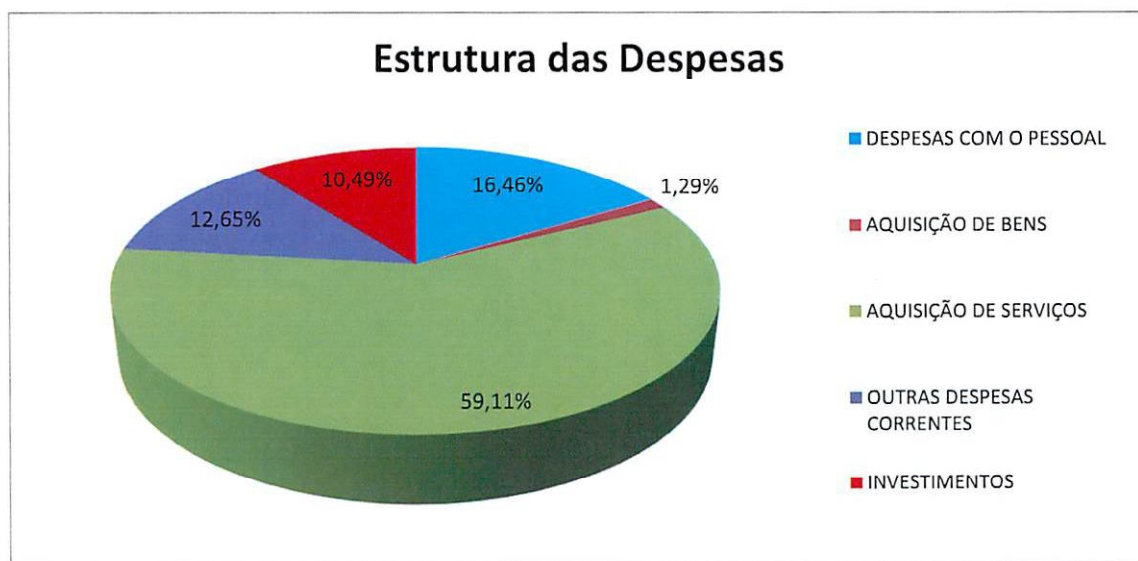


Figura 10 – Estrutura das despesas



Do valor total pago até ao 4º trimestre, 59% corresponde a aquisição de serviços, 16% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social), 11% a investimentos e 12% a outras despesas correntes (IVA e outros impostos).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a estrutura da despesa alterou-se significativamente de 2014 para 2015, sendo de destacar o aumento do investimento, em resultado da execução do PRITIC em 2015.

Despesa por subagrupamento (Unidade Monetária: Euros)	dezembro 14	dezembro 15	Varição
Despesas com o pessoal	7 654 634,00 €	7 690 625,00 €	35 991,00 €
Aquisição de bens	56 610,00 €	604 681,00 €	548 071,00 €
Aquisição de serviços	25 391 505,00 €	27 611 512,00 €	2 220 007,00 €
Outras despesas correntes	9 572 386,00 €	5 907 846,00 €	- 3 664 540,00 €
Investimento	350 212,00 €	4 901 033,00 €	4 550 821,00 €
Entrega de saldo	- €	15 813 695,00 €	15 813 695,00 €
Total	43 025 347,00 €	62 529 392,00 €	19 504 045,00 €

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de pagamentos por linha de serviço.

Pagamentos a 31-12-2015 por Linha de Serviço			
LS	Linha de Serviço	Direção	Valor c/IVA
1	Licenciamento	DSI	8 923 524,41 €
2	Comunicações, Infraestrutura, Produção e Segurança	DSI	13 280 911,64 €
3	Sistemas de Registos Centrais e BI	DSI	1 002 807,51 €
4	Sistemas de Informação Financeira	DSI	1 748 895,20 €
5	Sistemas de Informação Clínicos	DSI	1 102 595,36 €
7	Sistemas Locais e Transversais	DSI	476 886,45 €
8	Suporte às aplicações internas da ACSS	DSI	263 382,77 €
9	Planeamento SI e Gestão de Clientes	DSI	96 409,50 €
10	Projetos Internacionais e Interoperabilidade Semântica	DSI	580 840,74 €
11	Centro de Suporte	DSI	133 546,48 €
12	Unidade de Aprovisionamento	DCT	446 665,12 €
13	Unidade Ministerial Compras	DCT	193 489,78 €
14	Unidade de Apoio Geral	UAG	1 867 804,23 €
15	Direção de Compras Transversais	DCT	69 974,56 €
16	Direção de Compras da Saúde	DCS	648 068,54 €
17	Direção de Recursos Humanos	DRH	1 091 058,14 €
18	Serviços Internos Financeiros	DF	5 264 164,67 €
21	Serviços Partilhados de Recursos Humanos	DRH	82 066,46 €
22	Direção Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	DPDO	80 776,55 €
23	Direção de Comunicação e Relações Públicas	DCRP	721 551,66 €
24	Direção Assuntos Jurídicos e Contencioso	DAJC	435 676,57 €
	Geral SPMS	Geral SPMS	8 204 600,66 €
	Entrega do Saldo		15 813 695,00 €
	Total Geral		62 529 392,00 €

Figura 12 – Estrutura de pagamentos por Linha de Serviço



Como se pode verificar, a linha de serviço que assume maior despesa é a denominada por “Comunicações, Infraestrutura, Produção e Segurança”, pela circunstância da mesma refletir a despesa com a “Rede Informática da Saúde (RIS)”, bem como os principais investimentos direcionados à infraestrutura tecnológica no âmbito do PRITIC.

Salientar ainda as linhas de serviço “Licenciamento”, que inclui o licenciamento Microsoft ao Ministério da Saúde e a linha “Serviços Internos Financeiros” da Direção Financeira, que inclui os pagamentos por conta de IRC e referentes ao IVA e, por último, a linha descrita como “Geral SPMS”, que integra, entres outras despesas, os pagamentos ao pessoal.



V. Demonstrações Financeiras

1. Balanço

 SPMS EPE Serviços Partilhados do Ministério da Saúde		
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE		
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015 e 2014		
(Valores expressos em euros)		
	31.dez.15	31.dez.14
ATIVO		
<i>Ativo não corrente</i>		
Ativos fixos tangíveis	2.570.798,69	1.585.160,04
Ativos intangíveis	541.759,50	0,00
Ativos por impostos diferidos	-	0,00
Total do Ativo Não Corrente	3.112.558,19	1.585.160,04
<i>Ativo corrente</i>		
Clientes	4.597.306,36	4.980.422,25
Estado e outros entes públicos	-	0,00
Outras contas a receber	1.656.988,60	34.252,39
Diferimentos	134.068,31	18.032,83
Caixa e depósitos bancários	3.115.483,35	16.542.130,49
Total do Ativo Corrente	9.503.846,62	21.574.837,96
Total do Ativo	12.616.404,81	23.159.998,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
<i>Capital Próprio</i>		
Capital realizado	6.000.000,00	6.000.000,00
Resultados transitados	-27.761.637,21	6.161.516,06
Resultado líquido do período	4.490.941,26	3.327.758,87
Total do Capital Próprio	-17.270.695,95	15.489.274,93
<i>Passivo</i>		
<i>Passivo não Corrente</i>		
Provisões	-	260.000,00
Financiamentos obtidos	20.668.583,32	
Total dos Passivos não Correntes	20.668.583,32	260.000,00
<i>Passivo Corrente</i>		
Fornecedores	711.600,57	4.775.726,57
Estado e outros entes públicos	770.783,30	1.135.299,39
Financiamentos obtidos	1.827.830,00	0,00
Outras contas a pagar	5.908.303,57	1.499.697,11
Total dos Passivos Correntes	9.218.517,44	7.410.723,07
Total do Passivo	29.887.100,76	7.670.723,07
Total Capital Próprio e do Passivo	12.616.404,81	23.159.998,00



2. Demonstração de Resultados



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	31.dez.15	31.dez.14
Vendas e serviços prestados	39.943.702,15	38.772.632,04
Subsídios à exploração	52.394,22	308.979,31
Fornecimentos e serviços externos	(20.276.288,80)	(24.101.800,49)
Gastos com o pessoal	(8.029.779,52)	(8.027.988,08)
Imparidades em dívidas a receber (aumento)	42.931,13	(42.931,13)
Provisões (aumento)	-	(260.000,00)
Outros rendimentos e ganhos	240.364,61	151.718,85
Outros gastos e perdas	(3.514.409,24)	(120.452,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8.458.914,55	6.680.158,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2.208.736,65)	(1.101.119,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6.250.177,90	5.579.039,15
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	(13.512,30)
Resultado antes de impostos	6.250.177,90	5.565.526,85
Imposto sobre o rendimento do período	(1.759.236,64)	(2.237.767,98)
Resultado líquido do período	4.490.941,26	3.327.758,87



3. Demonstração dos Fluxos de Caixa



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

	31.dez.15	31.dez.14
<i>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</i>		
Recebimentos de clientes	49.722.004,54	49.991.473,04
Pagamentos a fornecedores	(29.361.989,16)	(32.938.472,14)
Pagamentos ao pessoal	(6.400.381,33)	(6.319.484,89)
Caixa gerada pelas operações	13.959.634,05	10.733.516,01
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.995.576,10)	(2.262.025,97)
Outros recebimentos/pagamentos	(21.078.980,90)	(4.039.320,36)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	(9.114.922,95)	4.432.169,68
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(3.499.125,56)	(280.525,23)
Ativos fixos intangíveis	(812.598,63)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	(4.311.724,19)	(280.525,23)
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(13.426.647,14)	4.151.644,45
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.542.130,49	12.390.486,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.115.483,35	16.542.130,49

4. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O aumento desta rubrica deve-se à execução do PRITIC, nos termos do contrato-programa celebrado com a ACSS para o ano de 2015.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/ linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

O aumento desta rubrica também se deve à execução do PRITIC, nos termos do contrato-programa celebrado com a ACSS para o ano de 2015.

Clientes

No final do 4º trimestre de 2015 os valores em dívida de clientes diminuíram ligeiramente face ao ano anterior. O principal montante em dívida é o da ACSS (3,5M€), sendo 2,2M€ referentes a “projetos em desenvolvimento”, 1,2M€ ao “PRITIC” e 0,1M€ aos “Serviços Partilhados”. A segunda maior dívida é a da ARS Centro no valor de 0,5M€ referente aos “Serviços Partilhados”.

Outras contas a receber

Esta rubrica contempla as dívidas a receber provenientes da transmissão das posições jurídicas dos ACE's.

Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

O valor de 2015 reduziu-se significativamente face ao ano anterior devido à entrega do saldo de gerência de 2014, por contrapartida de resultados transitados.

Capital

O capital estatutário de 6.000.000€ da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2015.

Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 3.327.758,87€, foi transferido para resultados transitados.

Esta rubrica sofreu ainda uma diminuição de 15.813.695€ por via da entrega ao Tesouro do saldo de gerência de 2014 e de 21.437.217€ por via da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS operada pelo Decreto-Lei n.º 209/2015, o que levou a que o capital próprio da SPMS passasse a assumir valores negativos.

Nesta matéria salientar, que se encontram em curso diligências pelo titular da função acionista da SPMS, tendentes a permitir o respetivo aumento de capital, em ordem ao financiamento das responsabilidades creditícias transmitidas ope legis pelo supracitado diploma legal (e.g. dívida bancária, fornecedores e outros credores).

Provisões

A 31 de dezembro de 2014 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 260.000 euros referente a processos judiciais em curso. Em setembro de 2015 a SPMS teve que pagar o valor provisionado pelo que a provisão foi anulada.

Financiamentos obtidos

Esta rubrica, quer a componente a médio e longo prazo, quer a componente de dívida a curto prazo, reflete a dívida bancária proveniente dos ACE's SOMOS.

Fornecedores

Comparativamente ao ano anterior verifica-se uma redução substancial das dívidas a fornecedores, o que reflete o esforço da SPMS em maximizar a utilização das dotações orçamentais que lhe foram atribuídas, diminuindo o prazo médio de pagamento a fornecedores, sem comprometer o equilíbrio orçamental.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a IRC, IVA e Segurança Social.

Outras Contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias, subsídio de férias e os respetivos encargos bem como dividas a outros credores provenientes dos ACE's SOMOS.

Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito do contrato programa com a ACSS e serviços partilhados com diferentes entidades da saúde. A estrutura desta rubrica é semelhante à estrutura das receitas.

Subsídios à exploração

Os valores registados nesta rubrica referem-se a financiamentos no âmbito de projetos comunitários na área da saúde.

Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados nesta rubrica referem-se essencialmente a subcontratações no âmbito do contrato programa com a ACSS.

Gastos com o pessoal

No 4º trimestre de 2015 o valor registado nesta rubrica é praticamente igual ao montante registado no período homólogo do ano anterior.

Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresenta um aumento em relação ao mesmo período de 2014, tal deve-se ao reconhecimento dos prejuízos do exercício de 2015 dos ACE's SOMOS.



Gastos de depreciação e amortização

A variação desta rubrica espelha o forte investimento registado durante o ano 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 31 de dezembro de 2015, evidencia um resultado líquido do período de 4.490.941,26€.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2015 mantiveram-se ao nível dos recebimentos do ano anterior.

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um valor inferior face ao período homólogo do ano anterior, atentas as limitações orçamentais de 2015, em especial a ausência de descativações.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior.

Pagamentos do Imposto Sobre o Rendimento (IRC)

Nesta rubrica estão refletidos o 3.º pagamento por conta de 2014 (por verificação, no início de 2015, que a estimativa de IRC para 2014, que levou à sua dispensa, não se concretizou), o montante da liquidação de IRC por via da entrega do Modelo 22 e os três pagamentos por conta de 2015.

Outros Pagamentos/Recebimentos

O elevado montante desta rubrica no exercício de 2015 reflete a entrega do saldo de gerência.

Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica reflete pagamentos referentes a aquisições de imobilizado, evidenciando no ano de 2015 os investimentos decorrentes da execução do PRITIC.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

A SPMS apresenta um saldo menor no final do período, face à entrega ao Tesouro no 4.º trimestre de 2015 do saldo de gerência apurado.



VI. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência ao final do mês de dezembro de 2015 e sua situação face ao limite ou objetivo estipulado em sede previsional.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	dezembro 15	Limite/objetivo
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	4 490 941,26 €	4 645 859,00 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	-137%	79%
Liquidez geral	Ativo Circulante: Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos de Curto Prazo: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,03	4,16
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	-0,58	Na
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	6 250 177,90 €	6 237 059,00 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	8 458 914,55 €	8 138 159,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	20 276 288,80 €	28 700 000,00 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	40 279 392,11 €	44 900 300,00 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	259 682,57 €	145 010,32 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	21 559,43 €	9 653,00 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	143 354,77 €	73 145,98 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	8 029 779,52 €	8 002 141,00 €
Gastos Operacionais (€)	Rendimentos Operacionais - EBITDA	NA	DR	31 820 477,56 €	36 762 141,00 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	39 943 702,15 €	44 480 300,00 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais	Volume de Negócios	DR	80%	<83%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis + Locação + seguros	NA	Balancete	25 273,24 €	30 828,99 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	49 722 004,54 €	54 791 191,25 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	29 361 989,16 €	36 869 400,00 €
Prazo médio de pagamento (dias)	Média Fornecedores dos ultimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balço e DR trimestral	33,86	38,15
Prazo médio de recebimento (dias)	Média dos Clientes dos ultimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balço e DR trimestral	25,12	40,21
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		0,74	0,95
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2 939 852,69 €	Na
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2 872 486,39 €	Na
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	52 394,22 €	Na



Apresentam-se de seguida o quadro dos indicadores do SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira da DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças) que apresenta a comparação com o período homólogo do ano anterior:

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE				
Ano: 2015				
Trimestre: 4º Trimestre				
Unidade: Euro				
	Execução	Execução (Homólogo)	/\ Exec - Exec (Hom)	/\ Exec - Exec (Hom) (%)
	T4 2015	T4 2014	T4 2015 - T4 2014	T4 2015 - T4 2014
Grupo de Indicadores Económicos				
Volume de Negócios	39.943.702,15	38.772.632,04	1.171.070,11	3,02
Margem Líquida do Volume de Negócios	0,11	0,09	0,03	31
EBITDA	8.458.914,55	6.680.158,50	1.778.756,05	26,63
Resultado Operacional (EBIT)	6.250.177,90	5.579.039,15	671.138,75	12,03
Resultado Líquido do Período	4.490.941,26	3.327.758,87	1.163.182,39	34,95
Margem do EBITDA	0,21	0,17	0,04	22,91
Grupo de Indicadores Financeiros				
Endividamento Total (%) (debt to equity ratio)	-173,05	49,52	-222,57	-449,44
Endividamento Total (%) (debt to assets ratio)	236,89	33,12	203,77	615,24
Cobertura dos Encargos Financeiros	0	0	0	0
Estrutura Patrimonial	1,68	9,94	-8,26	-83,1
Liquidez Corrente	1,29	2,91	-1,63	-55,83
Solvabilidade	-0,58	2,02	-2,6	-128,62
Tesouraria Líquida	-2.484.147,18	9.183.692,64	-11.667.839,82	-127,05
Autonomia Financeira	-1,37	0,67	-2,04	-304,68
Fundo de Maneio (FM)	2.113.159,18	14.164.114,89	-12.050.955,71	-85,08
Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)	3.114.922,49	-930.603,71	4.045.526,20	434,72
Endividamento Remunerado (%)	178,31	0	178,31	0
Endividamento Remunerado	22.496.413,32	0	22.496.413,32	0
Grupo de Indicadores de Ciclo de Exploração				
Duração dos Inventários	0	0	0	0
Duração dos Débitos a Fornecedores	6,5	44,96	-38,46	-85,54
Duração dos Créditos sobre Clientes	42,01	46,88	-4,88	-10,4
Grupo de Indicadores de Rentabilidade				
Rentabilidade das Vendas	0,11	0,09	0,03	31
Rentabilidade do Activo	0,36	0,14	0,21	147,74
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-0,26	0,21	-0,47	-221,03
Remuneração dos Capitais Próprios	-0,49	0,43	-0,92	-213,57
Remuneração dos Capitais Alheios	0	0	0	0
Remuneração do Activo	0,67	0,29	0,38	132,45
Grupo de Indicadores de Alavancagem				
Grau Económico de Alavanca	4,72	5,8	-1,08	-18,64
Grau Financeiro de Alavanca	1	1	0	-0,24
Grau Combinado de Alavanca	6,39	6,97	-0,58	-8,26
Margem Bruta das Vendas	39.943.702,15	38.772.632,04	1.171.070,11	3,02
Grupo de Indicadores de Valores Criados				
VAB	19.667.413,35	14.670.831,55	4.996.581,80	34,06
VAB / Trabalhador - [VAB / Nº médio de Trabalhadores]	73.249,21	54.741,91	18.507,30	33,81
EVA	4.490.941,26	3.327.758,87	1.163.182,39	34,95
Taxa de Remuneração requerida pelo accionista (KE)	0	0	0	0
Grupo de Indicadores de Investimento				
Investimento	3.687.509,80	409.477,34	3.278.032,46	800,54
Desinvestimento	0	0	0	0



A deterioração dos indicadores da SPMS, especialmente os que refletem o seu capital próprio, está intimamente ligada à transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS para a SPMS.

A SPMS solicitou autorização para que lhe fosse concedida a exceção prevista na parte final do n.º 3 do artigo 61.º da Lei n.º 62-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), face ao aumento da sua atividade, em especial da que se relaciona com projetos internacionais.

Aquela autorização foi concedida por despacho do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 12 de novembro de 2015⁶, com a condicionante de que *“as deslocações internacionais são financiadas com receitas próprias da SPMS que não as advindas do contrato programa com a ACSS”*.

⁶ Comunicada à SPMS através do Ofício n.º 12104, de 16 de novembro de 2015, do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

VII. Conclusões

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. A SPMS assentou sua ação em elevados critérios de exigência e sentido de serviço público, executando, em termos globais os objetivos estratégicos e operacionais inerentes à sua missão e atribuições, em harmonia com os princípios das Políticas de Saúde e Finanças preconizados pelas tutelas.
2. A SPMS desenvolveu ações em todos os OE, de acordo com o planeado, sendo certo que alguns dos OOP e das atividades não foram executadas na medida do desejado, devido à elevada dependência do contrato programa, à cativação orçamental a que está sujeita, e a fatores urgentes e imprevisíveis, fruto da conjuntura sociopolítica.
3. A SPMS apresentou uma execução criteriosa do PA 2015, tendo desenvolvido ações muito relevantes para o Serviço Nacional de Saúde e para o Ministério da Saúde, quer a nível da adequação dos serviços às necessidades dos clientes, tanto na área das comprar como na área dos sistemas de informação, quer a nível da otimização dos recursos físicos e financeiros da SPMS e do SNS.
4. Foi ainda preocupação constante durante o ano de 2015 a melhoria dos processos internos e a aposta na inovação, o que permitiu alargar o leque de serviços, nomeadamente na área dos serviços partilhados.
5. A execução do PA reflete ainda o cuidado e o investimento em assegurar os recursos humanos internos necessários e aumentar a sua satisfação, tendo em vista o reforço da capacidade para fazer face aos desafios permanentes e às novas necessidades dos clientes. Este reforço de capacidade e adaptação estrutura organizativa interna permitirá responder com maior acuidade aos desafios colocados pela conjuntura atual.
6. A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada, embora não tenham sido autorizadas quaisquer descativações durante o ano de 2015, o que limitou a assunção de compromissos e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação.
7. As demonstrações financeiras estão amplamente influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta negativo face ao impacto dos resultados transitados, e o Passivo face ao reconhecimento do Financiamento Bancário.
8. Em alinhamento com o que antecede, e tendo em vista a liquidação das dívidas que foram transmitidas pelos ACE's SOMOS, encontram-se em curso diligências pelo titular da função acionista da SPMS, tendentes a permitir o respetivo aumento de capital, e por esta via, obviar aos efeitos negativos decorrentes da aplicação do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

SPMS, em Lisboa, 29 de janeiro de 2016



Anexo I – Execução do Plano de Atividades e Objetivos Operacionais

O quadro *infra* articula os OE com o cumprimento dos indicadores em cada OOP, segundo a metodologia *supra citada*.

Objetivo Estratégico (OE) \ Objetivo Operacional (OPP)	Indicadores por OPP			Estado	
	1	2	3	Total	
OE1: Reforçar a Governação nas TIC e nas Compras	2	8	6	16	
OOP 1: Melhorar a governança e gestão do SIS		2		2	
OOP 2: Rever a estratégia do SIS (ou estratégia nacional de eHealth)	2	2	1	5	
OOP 3: Definir a arquitetura do SIS		2	1	3	
OOP 4: Estabelecer um modelo de gestão de riscos e uma política de segurança transversal ao SIS			4	4	
OOP 5: Implementar e Promover o regime jurídico de compras públicas no sector da saúde		1		1	
OOP 6: Garantir a difusão da comunicação e imagem da SPMS		1		1	
OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e SNS/MS	9	18	10	37	
OOP 10: Melhorar a qualidade da informação de gestão do Sistema Nacional de Saúde	1	1	3	5	
OOP 11: Desmaterializar e simplificar processos da saúde	4	3	3	10	
OOP 12: Melhorar a comunicação de informação e serviços disponibilizados ao utente		2	2	4	
OOP 13: Criar e consolidar registos nacionais	1	2		3	
OOP 14: Adotar de medidas de promoção e adequação dos CPA e AQ.		1		1	
OOP 15: Adotar medidas de flexibilização e simplificação dos procedimentos efetuados ao abrigo dos instrumentos procedimentais especiais (<i>call-off</i>)		1		1	
OOP 16: Acompanhar, monitorizar e avaliar os contratos de serviços partilhados		2		2	
OOP 17: Aumentar a eficácia/eficiência dos modelos de comunicação	1			1	
OOP 7: Aumentar a satisfação dos clientes.	1			1	
OOP 8: Melhorar a qualidade da informação para a prática clínica		5		5	
OOP 9: Melhorar os sistemas de suporte às funções administrativas e financeiras	1	1	2	4	
OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	4	5	3	12	
OOP 18: Promover a Infraestrutura (IE) adequada ao SIS	1			1	
OOP 19: Melhorar a gestão de fornecedores TIC do SNS através de um modelo de gestão centralizada		1	1	2	
OOP 20: Celebrar CPA e AQ, aumentando a abrangência dos mesmos a novas categorias e entidades	1			1	
OOP 21: Aumentar a realização de procedimentos com leilão eletrónico e com fase de negociação	1			1	
OOP 22: Instituição de sistemas de aquisição dinâmica na área dos dispositivos médicos			1	1	
OOP 23: Reforço da aquisição e negociação centralizadas	1	1		2	
OOP 24: Promover a convergência na política de contratualização de convenções do Estado transversais.		1		1	
OOP 25: Expandir a área de negócios de serviços partilhados			1	1	
OOP 26: Criar a área de negócio de serviços partilhados de recursos humanos - Formações		1		1	
OOP 28: Implementar um repositório único de informação de compras públicas no setor da saúde		1		1	
OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços da SPMS	7	5	10	22	
OOP 29: Otimizar os processos organizacionais.			1	1	
OOP 34: Implementar um Modelo de Controlo de Gestão			1	1	
OOP 35: Melhorar processos internos, adequando à ITIL		1	1	2	
OOP 36: Melhoria da segurança dos sistemas de informação		1	3	4	
OOP 37: Otimizar e evoluir tecnologicamente os atuais sistemas do SNS	2	1	3	6	



Objetivo Estratégico (OE) \ Objetivo Operacional (OPP)	Indicadores por OPP			Estado	
	1	2	3	Total	
OOP 38: Prestar assessoria jurídica ao Conselho de Administração e direções, quer na vertente de serviços internos quer na vertente de área de negócio.	3	1		4	
OOP 39: Assegurar o contencioso administrativo, incluindo a representação em juízo.	1			1	
OOP 41: Definir e implementar uma metodologia de cálculo de custos por Centro de Custo.	1			1	
OOP40: Implementar uma plataforma de <i>Business Intelligence</i> de apoio à gestão			1	1	
OOP42: Assegurar o cumprimento do Contrato-Programa com a ACSS e de outros contratos		1		1	
OE5: Promover a Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS	5	3		8	
OOP 43: Estabelecer um modelo de gestão da inovação do SIS		2		2	
OOP 44: Dinamizar e monitorizar o modelo de gestão da inovação	1			1	
OOP 45: Reforçar a participação em projetos internacionais	1	1		2	
OOP 46: Identificar programas europeus ou internacionais	1			1	
OOP 47: Instituição de parcerias para a inovação	1			1	
OOP 48: Reforçar a relação com mundo académico para projetos-piloto e/ou desenvolvimento	1			1	
OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores da SPMS	6	3	5	14	
OOP 49: Aumentar a satisfação dos colaboradores.	1			1	
OOP 50: Dinamizar ações de responsabilidade social		1	1	2	
OOP 51: Melhorar as competências e a colaboração dos gestores TIC no âmbito do SIS	2	1	1	4	
OOP 52: Estabelecer e dinamizar competências em Interoperabilidade em Sistemas de Informação para a Saúde	2	1	3	6	
OOP 53: Promover a excelência das competências de recursos	1			1	
Total	33	42	34	109	

Legenda do Estado de Execução: 1 - Supera; 2 - Cumpre; 3 - Não cumpre